

# “A GENTE COMIA FARINHA DO ENGENHO...” O ENGENHO COMO ESPAÇO DE MEMÓRIA. TRADIÇÃO, FOLCLORE, IMAGENS.

*Adriane Schroeder Andermann*

No dia 21 de setembro de 1996, um crime abalou os moradores do Sertão do Ribeirão da Ilha: a morte de Francisco Tomás dos Santos, o *seu Chico*. Preocupado com o destino do engenho deste, um leitor escreve ao jornal:

## “Seu Chico

Seu Chico se foi, barbaramente. Assim parou o último engenho de cachaça e farinha tocado a boi ainda existente na Ilha de Santa Catarina.

No entanto, não podemos deixar seu engenho abandonado ao tempo ou, simplesmente, que vire peça de decoração de alguma casa de praia. Ali podemos ter uma visão completa de como funcionava uma das principais atividades dos

colonos açorianos.

Atenção Fundação Franklin Cascaes, Floram, Fundação Catarinense de Cultura, UFSC, UDESC, enfim, autoridades relacionadas a nossa cultura: criem condições para que esse engenho volte a funcionar lá no próprio local.” (Arante José Monteiro Filho. Carta ao *Diário Catarinense*, 28/10/96).

O texto acima reproduzido indica alguns pontos interessantes a serem desenvolvidos. Nele, aparecem o fim do engenho, a apropriação de sua imagem no turismo cultural e sua associação com o assentamento de colonos açorianos na Ilha de Santa Catarina, os quais adaptaram a produção da farinha e construíram em volta desta sua vida e relações sociais.

Mostra, também, uma certa mudança no discurso sobre o engenho: de centro produtor da farinha a símbolo

---

(\*) Professora e Mestre em História

da cultura açoriana e, recentemente, como produto a ser vendido no turismo cultural. A imprensa, a memória e a historiografia tecem suas imagens do engenho, onde tal mudança pode ser detectada.

Se antes o *andar* do progresso *matou* o engenho, agora ele está sendo saudado como portador legítimo da tradição e da cultura. Já não se aceita, como a carta deixa claro, que o engenho morra com seu dono...

### **Vida e trabalho no engenho de farinha: imagem de tradição e folclore**

A importância econômica da farinha foi muito grande, na região de Florianópolis, por mais de duzentos anos. Em torno de sua produção, diversas práticas e discursos se ergueram, muito embora nem sempre a tenham atingido, como pode verificar-se com relação às preocupações com a modernização e higiene do início do século XX<sup>1</sup>.

O fim do engenho, como centro produtor, está situado num período posterior àquela etapa da modernidade. Ele está muito mais ligado ao avanço da cidade, à descontinuidade das práticas rurais e artesanais: "O filho não queria nada com nada, né... Morava na cidade, só queria negociar. Não queria sa-

ber de lavoura" (José Victorino, *apud* Andermann, anexos).

Mas o engenho, o tipo de vida e de trabalho nele desenvolvido deixou marcas profundas na memória das pessoas. O tipo de cultura em torno dele erguida tem sido alvo de diversos tipos de estudo, e também de propaganda, na imprensa, que usa o estereótipo do *manezinho da ilha*, do descendente e mantenedor da *cultura açoriana*, e que constrói sua imagem de engenho nesse sentido.

Contudo, não é apenas na imprensa atual que se encontram notícias sobre o engenho. No período de 1917 a 1920, por exemplo, entre notícias, artigos, anúncios e reclamações, há também espaço para acontecimentos do cotidiano.

Referências à mandioca e sua farinha, neste sentido, aparecem no *Estado*; uma delas descreve formas medicinais do uso da farinha de mandioca: como refresco, adicionada a água e açúcar; no trato da gonorréia, onde seu uso "afina" o sangue e diminui os *ardores* da doença [febre?]; como anti-séptico e cicatrizante, misturada com vinagre, sobre feridas supuradas (24/03/17). A utilização medicinal da farinha também aparece na memória:

"ASA - Ah, sei. O sr. sabe se tinha... ãh... se dá pra fazer algum

remédio com a farinha de mandioca, algum tipo de remédio?

JV - Não me alembra. Não tenho recordação, eu já tô muito zaranzo da cabeça.

ASA - Sabe por quê? Porque eu vi, num lugar, que dava pra fazer... pra botar em cima de ferida. Misturada com... com não sei o quê que eu não me lembro... mas era misturada com azeite, ou com vinagre, e botavam em cima das feridas, pra secar mais rápido. O vô ouviu falar dessa história, ou não?

JV - Se fazia aquele... emplastro de farinha de mandioca bem escaldadinha, né.

ASA - Ah.

JV - Aí depois botava o... tu conhece o... azeite de dendê?

ASA - Sim, aquele da Bahia.

JV - É, ié! Aquele azeite se falhava ali em cima daquele... daquela massa. E se botava um papel pardo, e se botava em cima do machucado, né.

ASA - Ah... isso ajudava a curar, vô?

JV - Ajudava...

ASA - Ah, tá. Então esse remédio, o vô conhece?

JV - Conheço. Isso já vem... de antigamente. Já é velho.”. (Entrevista com José Victorino, *apud* Andermann, anexos)

Outra notícia encontrada no *O Estado* relata um envenenamento: um “preto velho, paupérrimo”, colheu, numa chácara, mandioca, confundindo-a com aipim, vindo a falecer em decorrência de seu consumo. O contexto dá a entender que o fato foi investigado, pois “constatou-se o envenenamento pela mandioca cozida que restava na panela” (23/05/17).

Noticia-se, também, a doação de farinha de mandioca, para ser distribuída aos necessitados em diversas ocasiões, o que mostra a importância do produto, tanto na economia como na alimentação.

O sr. Eduardo Horn <sup>2</sup>, por exemplo, apesar do “preço elevadíssimo” da farinha, doa 300 sacos do produto às damas de caridade de Laguna, para que sejam distribuídos aos pobres; o gesto é louvado pela redação do jornal *O Estado* (19/12/17).

Mostrando que a distribuição de alimentos por políticos e seus partidários não é uma atitude recente, noticia-se, ainda, a doação, pela Junta Republicana, de diversos alimentos aos pobres, incluindo a farinha de mandioca (20 sacos), em honra de Hercílio Luz, governador recém eleito de Santa Catarina (*O Estado*, 28/09/18).

Uma comissão, encarregada do “Natal dos Pobres”, relata diversas doações e anuncia que aceita propos-

tas em carta fechada para o fornecimento de diversos produtos<sup>3</sup>, incluindo a farinha de mandioca "dos Barreiros", bastante valorizada na época (*O Estado*, 12 e 15/12/19).

O mesmo jornal noticia a doação de farinha, pela freguesia de Santo Antônio (de Lisboa), e o oferecimento da farinha de Barreiros a duzentos e vinte réis o quilo (17/12/19), bem como a doação desse e outros gêneros a instituições como o Hospital de Caridade e Asilo Irmão Joaquim (25/12/19).

Ainda referente a este assunto, *O Estado* publica a doação de farinha de mandioca (20 sacos), cuja venda seria revertida aos flagelados da seca do Nordeste (4/5/20), sendo que, devido a diversas dificuldades relativas à venda da mesma, foi doada às casas de Caridade de Florianópolis (20/05/18).

Os assuntos do cotidiano também freqüentam o jornal *A Época*. Aparece, por exemplo, uma festa:

"Um senhor de engenho, residente na séde da freguezia [Rio Tavares], comemorando o fim da safra da farinha de mandioca, abriu os vastos salões de sua residência para um retumbante fandango.

O pessoal mais conspicuo, a elite riotavarense, compareceu á brilhante festa." (*A Época*, 4/12/20)

A notícia acima indica que o engenho, então, era importante tanto no aspecto econômico quanto no social, mas ainda não pertencia ao *folclore*, ou pelo menos, esta notícia e as demais encontradas nesta época não têm este sentido. Nem todos os donos de engenho, entretanto, tinham o costume de festejar, como o fragmento de entrevista a seguir deixa claro:

"ASA - Outra coisa que eu tenho curiosidade de saber com relação a isso, assim, né... É... como é que era feito assim... eu... eu ouvi falar que alguns donos de engenho, eles davam festa no final da farinhada.

BVS - Aqui não tinha disso, não.

ASA - Mas a senhora já ouviu falar disso?

BVS - Não, não. Aqui por perto, eu acho que nem tinha.

ASA - É ?

BVS - É. E ele [o sr. Bento Ouriques, dono do engenho] era uma pessoa muito... econômica, não gostava de... de ter... de fazer despesa extra.

ASA - Ah, sim. É, porque eu li num jornal que um... que alguns enge... que alguns donos de engenho, davam festa assim, depois de uma farinhada.

BVS - Ah... é, deveria, certamente que sim, lá na Ilha, talvez...” (Entrevista com Benta Victorino Schroeder, *apud* Andermann, anexos).

Sendo ou não usado para festas, o engenho constitui-se como cenário para os acontecimentos desenrolados na vida das pessoas. A infância, o namoro, o casamento, o trabalho e até mesmo a morte estão ligados à rotina do engenho.

Inclusive os objetos auxiliares do engenho estão bem presentes nessas memórias. Estes objetos eram utilizados para fins diversos, além da produção de farinha: nas brincadeiras (esconde-esconde: a parte interior do engenho, a prensa, os tipitis); na paiolagem; como camas (cochos, fora da época da farinhada); para pôr galinhas a chocar (tipitis velhos), conforme a entrevista com D. Benta Victorino Schroeder (*apud* Andermann, *op. cit.*); para guardar objetos de metal (paióis com farinha), segundo o depoimento de D. Etelvina Silva Heinrich (*apud* Pereira, 1991:3) e até mesmo como esconderijo, de acordo com D. Nilza Damásio (*id.*, *ibid.*:307).

Conforme pondera Flores, os objetos do engenho eram também parte dessa interação entre a produção e o convívio social bem como os demais

espaços da socialização: “A casa materna, o quintal, um pedaço da rua e do bairro, o conjunto dos objetos domésticos, etc. , as pedras da cidade, são lugares de memória da infância e da juventude.” (1991:189-190).

Mesmo o convívio com os bois que tocavam o engenho marcou a memória das pessoas, estando fortemente marcada às imagens e sons que evocam a infância, como percebemos pelo trecho abaixo:

“Era um engenho que... se ele fosse a motor, talvez não me chamasse atenção, mas porque ele era movido por um boi, então era aquilo que me cativava, ver aquele boi ali, ficar andando em volta...” ( Sr. Iltolomeu Victorino, *apud* Schroeder, *op. cit.*).

No trecho de entrevista a seguir, percebe-se que até mesmo os sons insinuaram-se pelas lembranças das pessoas, trazendo consigo memórias de medos, de alegrias e mesmo de limitações pelos quais as pessoas passavam:

“BVS - Ah, sim. Medo, a gente tinha.

ASA - Do quê?

BVS - quando... quando ele ano... não tava trabalhando, a gente tinha medo..., porque a madeira,

por trabalhar tanto tempo, ela... ficava, ela estalava, ela... a madeira trabalha, como se diz, né? Então estalava, então o barulho... barulho dentro do engenho, a gente sempre dizia: "Olha o barulho dentro do engenho...!" e a gente escutava. Então as pessoas supersticiosas botavam medo na gente, porque dizia que aquilo ali era...

ASA - Era alma.

BVS - Alguma alma, é. [Fiquei triste quando o engenho foi desmontado.] Porque a gente se apegou muito, né, me apegava muito, era muito gostoso; e a gente acordar de madrugada, com o barulho do engenho, da roda girando... do barulho que fazia. Entre uma e meia e duas horas já começava a trabalhar, né.

ASA - Da madrugada...

BVS - A fazer farinha... a torrar, né, no caso.

ASA - No caso, a massa que tinha sobrado do outro dia, né?

BVS - A massa, a massa que já tava pronta do outro dia.

ASA - Ahã. Por isso...

BVS - De manhã... tinha que tar tudo quase pronto, né, pra... era muito bom mexer (...) o barulho, assim (...). Talvez não sei... Não fosse bom, mas a gente tava acostumada com aquilo, sei lá. (...). Uma coisa boa era raspar a mandioca, mesmo.

ASA - Apesar do frio?

BVS - É." (Benta Victorino Schroeder, *apud* Andermann, anexos).

Entre os autores catarinenses, estes espaços do cotidiano estão bem demarcados nas linhas do tradicional e do folclórico, embora uma boa parte deles veja o engenho mais pelo ângulo econômico, dedicando-se mais à importância do seu produto do que a estudar o tipo de relações em torno dele estabelecidas.

Mas, mesmo esses autores trazem os aspectos culturais do engenho embutidos em suas linhas, especialmente a ligação do engenho com a cultura açoriana, com a tradição — que, para uns, significa um produto de má qualidade, enquanto que para outros, significa uma qualidade a mais da farinha — com explicações de fundo cultural para o *atraso* tecnológico ou para o *tradicional* sistema de produção.

Um autor que trouxe, bem mesclados, os aspectos econômicos e culturais foi Virgílio Várzea. Em *Santa Catarina — A Ilha*, ele descreve de forma às vezes poética, o ambiente da produção e do trabalho no engenho:

"Tudo isso [o trabalho do engenho] se faz ainda escuro, com as estrelas a piscarem no alto do azul-

ferrete do céu no seu crivo de ouro vivo. A sombra sepulta ainda os vegetais, que mal ramalham pelas frondes, à primeira aragem fria da alvorada.” (Várzea, 1985.188).

Assim, o atraso tecnológico, a alegria, o processo produtivo, os carros de boi<sup>4</sup>, as danças, todos fazem parte do conjunto do engenho, são elementos do quadro cultural que o autor procura descrever. Mesmo em seus escritos ficcionais, Várzea faz este tipo de descrição:

“O rosado vivo do crepúsculo esmaiaava já uma palidez que um azul-ferrete invadia, quando o André, depois de arrumar o gado, de porrete em punho e chapéu à banda, encaminhou-se cantando para a Várzea de Baixo, onde o engenho do tio Luís Dutra, de fornalha acesa, bulhando de alegria, farinha para todo lado.

Ainda em caminho, já quase ao chegar à encruzilhada que ia dar ao engenho, o André ouviu bem clara no ar a voz melancólica e sonora e sonora do forneador, cantando a Bela Menina, e as frescas e tintilantes risadas das moças (...). E, estugando logo o passo, ansioso por chegar de uma vez, avistou, logo adiante, o clarão avermelhado do

forno do engenho, que se projetava através da porta, largo e suavíssimo, iluminando transversalmente o terreiro arenoso e branco (...)

Brincava-se a cabra-cega.” (Transcrito em Várzea, 1990, p. 20).

O canto e a dança aparecem em diversos outros autores, entremeados com o trabalho do engenho. Crispim Mira (1920), por exemplo, ao descrever uma brincadeira de dança e desafio, o sarraballo, cita quadras onde aparece uma referência ao trabalho no engenho, e insinua um certo namoro entre os desafiantes, confirmando a descrição de Várzea:

“Desafio no sarraballo

No sarraballo dançam em ligeiro passeio na ponta dos pés, um cavalheiro e uma dama. O cavalheiro a convida e lhe atira um verso. Ela responde e trava-se o desafio.

Ele

Não quero moça do sitio  
Que catiga á massa<sup>1</sup> crua,  
Quero moça da cidade,  
Que sabe pisar na rua.

Ella

Não quero moço do sitio,  
Quero só moço de fóra,

Pois o nosso matutino,  
 Quantas vê, quantas namora  
 (...)

<sup>1</sup> O cantador refere-se á massa da mandioca, que tem realmente um cheiro acre, desagradável." (Mira, 1920:132-133 — incluindo a nota do autor).<sup>5</sup>

Pereira cita algo semelhante, chamado pelo autor de *desafio*, onde novamente o trabalho no engenho é, desta vez indiretamente, mencionado, através da comparação da cabeça com o tipiti (usado para secar a massa da mandioca):

“DESAFIO - (..) apresentamos um pequeno ‘desafio’, oferta de namoro entre um moço e uma moça, e colhido no Alto Ribeirão em 1971.

Moça (começa)  
 (...)  
 Quem é aquele que vem lá  
 Cai aqui, cai acolá.  
 Cabeça de ‘tipiti’,  
 Barriga de ‘siburá’.

Rapaz (responde)  
 (...)  
 Barriga de ‘siburá’,  
 Cabeça de ‘tipiti’,  
 Vá embora sua boba  
 Que este não é pra ti.”

(Pereira, 1991: 203).

Uma outra dança de roda, a ratoeira, também aparece nas descrições de autores como Piazza (1951, p.11- ss. e 1992:445-455) e Pereira (1991: 189-218). Também era uma espécie de desafio, cujos versos podiam ser cantados na hora do capote, para “apressar o tempo” (informação que coincide com o registrado nas entrevistas, como por exemplo, a que foi feita com o sr. José Victorino em 04/05/91, *apud* Schroeder, op. cit.).

O capote consistia em uma espécie de aposta na roda raspagem, onde o (a) mais rápido (a) detinha a vitória. Uma pessoa raspava a metade da raiz, jogando-a para outra pessoa, que devia *dar conta* da velocidade da primeira. O vencedor era quem ficava com menos capotes para raspar. O capote, além de um jogo, era também uma forma de passar o tempo e de acelerar a produção, bem como um espaço privilegiado de convívio e socialização.

Alguns exemplos, colhidos por Pereira (1993: 72-73) de versos da ratoeira, mostram esta ligação entre o trabalho e a convivência no engenho, onde aparecem algumas brincadeiras, como o capote, e referências ao namoro e ao casamento:



“Eu marquei meu casamento  
Pro tempo da farinhada  
Hai muita tainha e laranja  
Hai fogaréu na moçada.

Moça que peneira a massa  
Separa bem a caroeira  
Trata logo de casar  
Que é triste ficar solteira!

Eu coloquei os tipitis  
Muito certo em camadinha  
Pra mostrar ao meu bem  
Como se faz farinha.

Ó Maria pega a faca  
E vai chamar o Migote  
Que já está chegando gente  
Mode jogar o capote<sup>6</sup>.

O boi preso na manjarra  
Usa óculo pra não vê  
O coitado do meu bem  
Usa óclo pra mode lê!

O tempo da farinhada  
É um tempo divertido  
É quando as moças solteiras  
Tentam arranjar marido!

Vou fazer minha farinha  
Pra fazê o meu biju  
E oferecer a um amor  
Queira Deus sejam tu  
(ou não sejam tu)<sup>7</sup>

Peneirei massa ralada  
Mode tirar a caroeira  
Ó meu amor casa comigo  
Cansei de ficar solteira”.

Na mesma pesquisa (p.106-108),  
Pereira cita também a cantoria do en-  
genho, de “melodia perdida no tem-  
po” (mas que têm suas semelhanças,  
pela forma das quadrinhas, com a ra-  
toeira):

“Num engenho de farinha, oi... ai  
Deve ter três cantadô, oi... ai  
m pra prensa outro pro forno oi... ai  
O melhor pro sevadô oi...ai!<sup>8</sup>

Menino que tás sevando, oi...ai  
Cuidado com o dedo na roda, oi... ai  
Que está bem no inverno oi...ai  
Não é mais tempo de poda. Oi... ai.

Anda, anda meu boizinho, oi...ai  
Não te canse de andá, oi... ai  
Terminada a farinha, oi... ai  
Vai pro pasto descansá. Oi...ai.”<sup>9</sup>

As quadrinhas citadas por Piazza  
(1951 e 1956) são mais de fundo amo-  
roso, ligadas (como uma grande parte  
das músicas de ratoeira) a frustrações  
ou alegrias do namoro. Esse aspecto  
também aparece nas quadrinhas aci-  
ma transcritas, ligados ao trabalho do  
engenho, onde a vida dessas pessoas

desenrolavam-se.

Um último exemplo de quadrinha onde há essa mescla é uma citada por Cascaes (1981:57):

“Quando o engenho de farinha  
Está coberto de poeira  
É sinal que neste ano  
Foge muita moça solteira.”

Além do canto e da dança, diversas outras formas de *passar o tempo*, de *apressar o trabalho* eram incorporadas à faina do engenho. A mais significativa talvez seja a aposta do capote, onde interligava-se o cuidado com a limpeza da farinha, a produtividade do engenho e diversas brincadeiras, a aposta em si, as conversas e *causos*, as trocas de informações.

São “as lembranças da dimensão cômica do cotidiano e do sagrado, a cantoria e a ratoeira (...), o jogo do capote na farinhada (...).” (Flores, op. cit.: 191), aparecendo de forma intensa na memória, mesclando o trabalho à brincadeira, os cuidados na produção com a interação e social os jogos amorosos. Diversos autores tratam da questão do capote, desde Várzea (p. 183-188) até Pereira (1993: 147), onde a raspagem, na qual o capote é envolvido, é chamada de *mutirão*, e apontam a esta convivência do trabalho com as brincadeiras.

Sendo uma produção manual e demorada, o trabalho no engenho abria espaço para essas interações entre a produção, os cuidados com esta e as relações sociais e lúdicas, como lembra Benjamin, comuns ao ambiente artesanal (1989:25-30). A alegria e o convívio social fazem parte da lida, de acordo com diversos que tratam do tema <sup>10</sup>.

Outra preocupação dos autores catarinenses é a descrição das peças dos engenhos. Cada uma delas, do engenho em si (a casa do engenho) até os tipitis e os carros de boi <sup>11</sup>, é descrita e apresentada dentro do contexto do tradicional e do folclórico, palavras encontradas com frequência nesses autores, e mesmo em alguns que têm um ponto de vista mais ligado à economia. Dentro desse aspecto de tradição e folclore, a ligação do engenho com a colonização luso-açoriana aparece com muita força.

Nos textos levantados dos autores catarinenses, o que se percebe, com relação ao tipo de vida no engenho, além da interação, que também aparece na memória, entre o trabalho e a brincadeira, é igualmente a associação entre os aspectos econômicos e sociais com a tradição.

Mostrando sua importância social, o engenho, sendo um bem difícil de ser adquirido, congregava em torno de si

e de seu dono toda uma rede de trabalhadores: dos empregados a pessoas da comunidade que a ele acorriam na época da farinhada, para ajudar na lida e ganhar seu *quartinho* de farinha até a forma de pagamento (de meia, terça e quarta parte da produção ou do alqueire, conforme a função ou trabalho desempenhado).

Este tipo de informação, ligada à importância social e econômica, também consta na memória:

"Além daquilo que eu já descrevi, eu consigo descrever tudo que for possível; aquela mulherada que iam lá em casa que iam lá em casa pedir farinha, que iam fazer beijús... Isso eu tenho memórias vivas assim da gente, das coisas.... Pessoas pobres, elas iam lá, ajudavam a raspar a mandioca, pra ganhar.... pra poder ter direito de ganhar massa pra fazer beijú..." (Sr. Miguel Saturnino da Silva, *apud* Schroeder, op. cit.).

Aparecem, também, indicações de um certo orgulho das pessoas por esta importância do engenho (talvez fruto do atual interesse acadêmico e da imprensa pelo mesmo) que desperta também o desejo de preservar o engenho, como verificamos nos dois trechos a seguir:

"No tempo que eu era moço, o Ribeirão era o lugar de mais lavoura da Ilha de Santa Catarina. Só aqui, havia 65 engenhos de farinha. Nos meses que não têm 'r' (maio, junho, julho e agosto) todos os engenhos estavam trabalhando, era até bonito de se ver os telhados dos engenhos branquinhos como neve. Era da poeira da farinha." (Sr. Pedro Vieira, *apud* Pereira, op. cit.)

"É, quando eu... na minha infância, quando eu tomei consciência da vida, já encontrei aquele engenho; aquilo ali é um negócio que vem acompanhando os nossos antepassados, bisavô, tataravô, e sempre veio passando de pai para filho. Inclusive, na nossa família, pela parte da minha mãe... os avós... os bisavós da minha mãe, eles chegaram a ser senhor do engenho, porque eles tinham escravos, isso pela parte materna. (...) O avô do meu pai tinha, o meu avô tinha e meu pai continuou; e aquilo eu quero manter porque é uma coisa raríssima, não existe mais. Então, o grande problema hoje em dia é a manutenção dessas pecinhas, porque não tem... você não consegue pessoas pra repor aquelas peças (...).

(...)

Outra coisa que chamava a

minha atenção era que o engenho não era encimentado, nenhum engenho era encimentado, então você observou que eu deixei ele assim de chão batido pra manter assim a memória, porque hoje não tem mais isso.” (Miguel Saturnino da Silva, *apud* Schroeder, 1991)

O engenho é, assim, o espaço de memória, cuja lembrança evoca os sons, o trabalho e as brincadeiras; em alguns, desperta o sentimento de importância, de manter o engenho, ou de sentimento de perda pelas “coisas que não voltam mais”.

O “fim do engenho”, as razões e explicações desse fim também frequentam as recordações, onde a descontinuidade do trabalho artesanal e o avanço da cidade parece ter a culpa pelo desaparecimento do engenho:

“Eu estava no Rio de Janeiro... não sei se Rio ou Natal, eu estava fora daqui. Eu não sabia, né. Quando eu cheguei, eu achei que ia encontrar o engenho, ainda(...). Nem engenho, nem nada, nem casa, nem nada... Então, quando eu cheguei, foi uma decepção, só tinha a área, nem a casa não tinha mais...

(...) Ah, ficou muito esquisito, assim, aquela parte vaga...(…), quan-

do eu cheguei lá, que olhei, não tinha mais nada, tava tudo desmanchado, aquilo me deu uma tristeza... fiquei triste (...) porque eu gostaria que ele estivesse ali....(...) É. São coisas que não voltam mais, né. (...) Eu não tenho certeza se, quando eu fui pra Marinha, ele tava funcionando não, eu sei que o engenho ainda tava ali, mas eu acho que não funcionava mais, porque as partes que eram pra utilizar no plantio tinham sido loteadas (...), em face da morte do primeiro dono (...) o sr. Bento<sup>12</sup>. Depois que ele morreu, não houve mais trabalho.

(...)

O trabalho morreu com ele. O engenho morreu com ele.” (Iltolomeu Victorino, *apud* Schroeder, op. cit.).<sup>13</sup>

O engenho é, enfim, o lugar ligado à vida cotidiana das pessoas, à sua sociabilidade, ao seu aprendizado, às recordações da infância e, algumas vezes, à própria morte:

“Esta casa que eu moro é que era a casa do Cadete e o Engenho aí na frente foi onde ele se enforcou(...). O seu Manoelzinho, o Cadete, era um homem bom e trabalhador. Fez muito açúcar, fez muita farinha(...). A mulher dele

estava apanhando berbigão ali na praia, pois, estas praias com este baixio dá muito, e quando voltou pra casa passando por dentro do engenho, encontrou o marido pendurado e enforcado.” (Concilino Tristão, *apud* Pereira, 1991: 290).

Talvez por estar tão interligado à vida das pessoas, existam, nos *causos*, referências a fantasmas de pessoas trabalhando no engenho:

“(...) Ele ia de madrugada para lá, uma hora da manhã começava, uma hora, uma hora e meia. Ele contava muito caso que viram fantasmas, lá, música, que sentia lá pra cima do engenho... que morreu um empregado dele, que trabalhou muito tempo com ele, ele chegava lá, o engenho tava funcionando sozinho, e quando ele abria a porta, ele parava no, ele parava no mesmo lugar onde ele tinha deixado, isso tudo ele contava antigamente, naquela época e se chamava de caso... (...). É, eles ficavam contando esses causos assim, a gente ficava só ouvindo, depois, morria de medo...” (Iltolomeu Victorino, *apud* Schroeder, 1991).

Das cantorias e brincadeiras na hora do capote, do namoro ao casamento,

da infância à morte, a vida no engenho marcou essas lembranças, deixando-lhes uma certa nostalgia por ser agora todo esse convívio perdido no tempo, na névoa doce do passado. Com cuidado às vezes pictórico, as pessoas descrevem com detalhes sua vida e seu trabalho, reproduzindo, algumas vezes, até mesmo o ranger das engrenagens. Como bem destaca Flores (1991, *op. cit.*), “A memória do trabalho é tão viva e tão presente que se transforma no desejo de repetir o gesto com as mãos e ensinar o ofício a quem escuta.”

Dessas lembranças e imagens os autores tem se apropriado para construir sua própria imagem do engenho, buscando interpretá-las, encontrar suas origens e destacar suas especificidades. É aqui que o açorianismo aparece, e onde a imprensa vem buscar um engenho que possa ser vendido como produto de turismo cultural.

### **O engenho como legado açoriano: imagem do turismo cultural**

Em dezenove de março de 1991, aniversário de emancipação do município de São José, foi publicado no jornal *Diário Catarinense* um anúncio em comemoração ao acontecimento, com os seguintes dizeres:

“ERA UMA VEZ UMA CIDADE QUE NÃO TINHA IDADE.

A gente corria pelas ruas,  
tomava banho de mar,  
comia farinha no engenho.  
Era uma vez uma cidade,  
e a gente cresceu,  
os caminhos viraram ruas,  
as ruas avenidas [sic],  
os engenhos deram lugar  
às indústrias, ao comércio; o carro de boi  
deu lugar ao automóvel,  
e a cidade cresceu.  
Era uma vez uma cidade que não  
tinha idade.”

O engenho de farinha aparece nessas palavras não apenas como centro produtor, mas interligado aos aspectos de uma vida que foi deixada para trás, pelo progresso. Este anúncio representa bem a visão mais comum do engenho na imprensa atual, que também reflete-se na carta citada sobre a morte de Seu Chico.

Entretanto, o anúncio parece refletir um pensamento que aceita o fim do engenho, como se dissesse “é uma pena que o engenho se foi, mas este é o preço do progresso”. A carta citada já reflete um outro tipo de discurso: “(...) não podemos deixar seu engenho abandonado ao tempo ou, simplesmente, que

vire peça de decoração de alguma casa de praia. Ali podemos ter uma visão completa de como funcionava uma das principais atividades dos colonos açorianos. Atenção(...) autoridades relacionadas a nossa cultura: criem condições para que esse engenho volte a funcionar lá no próprio local.”

O engenho parece, assim, mais que um legado cultural; é a imagem de uma cultura a ser preservada e vendida. A mudança de discurso sobre o engenho e sobre essa cultura, contudo, é menos recente.

No ano de 1948, por ocasião do primeiro Congresso Catarinense de História, foi inaugurado um obelisco em homenagem à colonização açoriana. Começava a preocupação dos autores catarinenses em destacar a singularidade e brasilidade da cultura catarinense, e o colonizador açoriano foi erguido à condição de portador oficial dessa brasilidade.

Entre os dias 25 de agosto a 1º de setembro de 1996, passados quarenta e oito anos daquele evento, ocorreu, em Florianópolis, o I Encontro Sul Brasileiro de Comunidades Luso-Açorianas, comemorando os 250 anos do decreto Real que deu início à colonização luso-açoriana (baixado em 31 de agosto de 1746), ocasião em que foi inaugurado um outro monumento à colonização, na porta de entrada da

Ilha de Santa Catarina, à cabeceira da ponte Pedro Ivo Campos. Entretanto, se o primeiro monumento foi erguido à brasilidade, à bravura açoriana em construí-la, o segundo parece ter sido erguido à cultura açoriana desses brasileiros e aos ícones dessa cultura.

O engenho tem sido alçado entre estes ícones, tanto no próprio monumento, onde uma roda de carro de bois e uma representação do boi (elementos fortemente ligados ao engenho) foram colocados, como na imprensa e na historiografia ligada à esse tipo de construção da imagem do engenho, incorporando-o ao açorianismo e sua herança.

A partir do I Congresso Catarinense de História, o próprio engenho em si, sua construção e maquinário, desde sua origem, passando pela sua *evolução* tecnológica, passou a ser envolvido nessa herança<sup>14</sup>, no legado cultural, que representa para alguns a *vitória da cultura açoriana*, para usar um termo empregado por Piazza (s/d: título).

Ao discutir a origem do engenho, do tipo de cultura nele desenvolvido, mergulhando, às vezes com exagero — como lembra Pereira (1989:317-321), nas raízes *açorianas* da história local, os autores talvez estejam tentando utilizar-se de um dos propósitos da história, como lembra Jim Sharpe:

“Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a lêem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem. Em um nível mais amplo, este pode tomar a forma do papel da história (..)” (1992: 59-60).

A imprensa, e algumas vezes a própria memória, deixam seduzir-se pela sereia açorianista. Algumas pessoas têm essa noção de herança, e outros chegam a referir-se à sua origem:

“Como começou isto aqui? Bom, começou com os portugueses e os açorianos. Dizem que um tal Manoel da Nóbrega foi quem deu início ao Ribeirão isto há mais de duzentos anos. Os alemães eram muitos, hoje estão desaparecendo. Portugueses e açorianos não têm mais nenhum, já são todos nascidos aqui. Tudo começou com aquela igreja lá no Barro Vermelho.” (Antônio Antunes Cruz, *apud* Pereira, op. cit.).

“O nosso engenho de farinha estava lá no Alto Ribeirão, na casa que hoje é do Doutor Modesto. Tinha um outro, logo assim que acaba a Freguesia. Perto da casa do Padre, tinha um engenho que era

tudo ‘tocado à mão’. O Alto Ribeirão, era que tinha muitos engenhos de farinha, de açúcar e alambique.

(...)

A minha mãe contava, que quando eles iam para o mar pescar baleia, eles metiam o arpão com a mão e iam bem perto do bicho. Pelo perigo, antes de saírem, eles se confessavam e tomavam comunhão. Era assim como lá nos Açores.” (Etelvina L. Silva Heidenreich, *apud* Pereira, op. cit.).

É difícil descobrir se essa noção de herança açoriana é espontânea ou se foi adquirida com leituras ou informações. Entretanto, é interessante que a memória se aproprie desse discurso açorianista, do qual têm se utilizado os historiadores, como vimos, e a imprensa.

Também envolvido nesse discurso está o aspecto de rusticidade e beleza que evoca (ou ultimamente tem evocado) o campo, as peculiaridades e “costumes tão bonitos e perdidos no tempo”, como se percebe no texto a seguir:

“No Sertão dos Indaiás vive Seo ‘Chico’ e sua companheira ‘Sinhá Alaíde’. Ao chegarmos lá, encontramos Sinhá prontinha para dar trato aos animais. Apesar da pressa, não deixou esconder a cordialidade da boa matuta que é, e

convidou-nos a entrar. Mostrou-nos sua morada, que nos cativou. Na casa encontramos duas relíquias remanescentes da época da colonização — o engenho de farinha de mandioca, ainda em uso, e um alambique, que é o único em atividade em todo o Desterro.

O cheiro daquele lugar era contagiante. Lá bebemos uma água muito gostosa que dá em todos os cantos por essas Bandas do Ribeirão.

Sinhá Alaíde nos apresentou ao alambique e nos serviu cachaça de um barril. A cachacinha era a mais pura que já tomamos.

Na volta, viemos ‘cangados’ com coisas boas do Sertão e felizes por estarmos novamente em contato com a natureza.

A cada porteira fechada sentíamos que voltávamos à civilização. Nossos corações começaram a chorar; as nuvens, como acompanhando nosso choro, começaram a nos molhar.” (Waldemar J. da Silva Neto e Maria Albertina Emerim, *apud* Pereira, op. cit.).

O *andar* lento do tempo, pelas rodas do carro de boi, foi substituído pelo correr dos automóveis, o tempo voando, levando o progresso e desmontando o engenho. Sobrou do en-



genho as lembranças, as histórias, as cantorias, das quais a imprensa apropriou-se para formar outra imagem do engenho, que possa ser vendida. Mas ainda remete-se ao legado açorianista, às origens e à memória do passado.

Além do anúncio em homenagem ao aniversário de São José, acima transcrito, outras idéias referentes à história catarinense também freqüentam as páginas dos jornais contemporâneos. Em alguns, existem seções especialmente dedicadas ao *resgate cultural*, e há jornais específicos, onde essa questão, e também outras, são discutidas. É o caso do jornal *Ô Catarina!*, publicado pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

Recentemente (julho/agosto de 1996), uma edição dedicada aos 250 anos da imigração açoriana foi lançada, e as *origens açorianas* de nossa cultura novamente levantadas. Como encaram os próprios açorianos todas essas questões? Abaixo, transcrito, temos um exemplo:

“É hoje um lugar comum dizer-se que os açorianos são um povo de imigrantes. De facto, a História registra saídas de açorianos para se fixarem noutras terras logo após o povoamento das Ilhas, na segunda metade do século XVIII, quando sucessivas levadas se dirigem para

o Brasil. (...)

(...)

Fundamos cidades. (...). Por outro lado, marcamos uma presença cultural e ajudamos à construção de grandes e prósperos países. Uma imigração para nós é porém especial. Aquela que, em meados do século XVIII, nos levou até Santa Catarina.

Esta foi uma imigração planejada.

Por ordem de El-Rei! Não partimos isolados para nos integramos em sociedades pacificadas, já organizadas, com outras línguas e outras culturas onde seríamos mais uma minoria a juntar com outras minorias.

Aqui partimos com uma missão previamente definida: povoar e defender os agricultores e soldados. Numa mão a enxada, na outra o fuzil. Fomos pioneiros. (...). Com os naturais, preparamos a chegada de outros povos com quem hoje, agora os descendentes, convivemos e ajudamos a prosperar o Estado de Santa Catarina.

Deixamos nossa marca. E hoje por todo o Brasil Meridional podemos encontrar sobrevivências culturais que ligam essa Região aos Açores. Desde logo na arquitetura, mas também na música e na

dança, no artesanato, na culinária, nos usos e nos costumes.

(...)

A 25, 26 e 27 de Agosto [de 1996], em Santa Catarina, a presença do Presidente do Governo da Região Autônoma dos Açores e de uma numerosa caravana cultural testemunhará o orgulho e a gratidão dos açorianos de hoje pela bela página da História que os nossos antepassados souberam escrever em terras do sul do Brasil.” (Duarte M. B. Mendes. *Ô Catarina!*, 1996:2)<sup>15</sup>

Parece que os próprios açorianos, ou pelo menos alguns deles, já incorporaram esse nosso produto intelectual, o açorianismo... Esse discurso não modifica muito, em se tratando de autores catarinenses. Flores (1995:4), num artigo enviado ao jornal citado, que resume sua análise do assunto (vide: Flores, 1991, op. cit.), aponta o açorianismo como pertencente à invenção e criação historiográficas, surgidos num momento específico como contraponto ao germanismo (não querendo afirmar, com isso, a inexistência de uma cultura herdada, mas situando historicamente o discurso açorianista). Situando este discurso historicamente, a partir do Primeiro Congresso de História Catarinense (1948), a autora lembra que:

“No começo do século, no período de instalação da República, quando as elites ansiavam por modernizar a cidade, pautadas pelos ideais e práticas da modernidade, produziu-se uma imagem negativa da população litorânea, configurada como indolente e incapaz de abraçar as causas do progresso. Agora, no contexto desse Congresso, mudanças históricas clamavam pela criação de um novo homem-habitante do litoral catarinense, que definisse a brasilidade do Sul do Brasil, dentro da política de nacionalização. Uma concepção que possibilitasse ao litoral e seus habitantes, representarem-se como portadores da História de Santa Catarina.

A história da população do litoral catarinense originária dos açorianos, era uma história quase silenciada. Foi a realização do congresso que tematizou a colonização açoriana. Levantou as questões das realizações, dos sucessos e fracassos, do legado cultural, e definiu culturalmente a identidade açoriana.

(...)

Portanto, esta festa comemorativa do bicentenário da colonização açoriana, era um fenômeno de construção de uma unidade cultu-

ral, fundamentada numa ascendência comum. Uma ressurreição do conhecimento da origem. Procurou-se remexer na memória guardada nos arquivos e ‘resgatar’ as tradições que legitimassem a história: a língua, as árvores genealógicas, as festas, os objetos artesanais, os ofícios e as letras, tendo como eixo polemizador, o caráter das regiões colonizadas pelos alemães” (Flores, 1995: 4).

O tipo de discurso detectado no texto citado e na pesquisa da referida autora é comum entre os autores que tratam de questões relativas à cultura de Florianópolis, envolvendo direta ou indiretamente o engenho e a farinha, e também faz parte do discurso da imprensa sobre o tema.

A *açorianite*, para usar um termo empregado por Pereira, e que define um exagero de entusiasmo com a questão açorianista (1989:317-321), parece ser uma inflamação bastante útil ao *marketing* turístico, segundo depreendemos do texto a seguir, que fala da preservação desta *tradição açoriana* como importante ao turismo cultural:

“A incorporação da atividade turística, no espaço, enquanto alternativa ao desenvolvimento eco-

nômico, sem a observância de critérios ambientais, causará inúmeros impactos, inclusive sob o ponto de vista cultural. O sítio dotado de singular base de atrativos naturais e/ou culturais, após ser descoberto pelo mercado, passará a receber contínuos fluxos de visitantes que provocarão inúmeros impactos sócio - culturais.

(...)

Nesse contexto, a construção de grandes obras, em locais que abrigavam edificações de cunho histórico regional e/ou internacional é usual. Os atores sociais responsáveis por esta prática, ainda não se aperceberam que o turista que viaja está em contínua busca de aspectos culturais e geográficos diversos daqueles existentes no seu espaço habitual.

O incremento do turismo cultural, particularmente, em nosso país, tem como maior desafio, a preservação dos elementos de referência, sem que estes venham a sucumbir frente a dimensão da modernidade.

A preservação da dimensão cultural, no âmbito da atividade turística, necessariamente, passa pela via da sua incorporação sustentada como componente do produto turístico:

(...)

Os Museus, necessitam ser concebidos e operados sob a dimensão interativa, de modo a representar a história viva dos povos.

Os aspectos gastronômicos necessitam estar disponíveis em espaços que permitam o contínuo acesso dos visitantes.

A preservação dos aspectos culturais dos povos, no âmbito do turismo, portanto, necessita abandonar a dimensão contemplativa - espetáculo e em prol da interativa, onde residente e visitante permitam conhecimento, valores e crescem juntos." (Luis Moretto Neto. *Ô Catarina!*, op. cit).

O artigo, acima transcrito em parte, é ilustrado por duas fotografias; uma delas, um conjunto de produtos, qualificados como "artesanato de referência cultural". São produtos comestíveis, que fazem parte de um projeto chamado *Valorização do Produto Artesanal Catarinense* (do SENAI/LBDI, Sebrae e FCC). Entre eles, um saco de farinha de mandioca.

A farinha, assim, está inserida no contexto das referências culturais. Mas ela não pode ser chamada de herança açoriana, pois a mandioca é nativa das Américas e sua farinha, usada pelos nativos muito antes de sequer suspei-

tarem os europeus da existência deste continente.

Entretanto, ela incorporou-se, como substituta do trigo, ao cardápio dos colonizadores, inclusive dos açorianos, que construíram em torno dessa produção toda uma cultura, conforme lembra o texto abaixo:

"Trouxeram para Santa Catarina uma bagagem de conhecimentos técnicos, tradições, costumes, que somada a seus donos foram fundamentais na consolidação do processo povoador da região.

O açoriano mostrou-se forte, um vencedor. Superou os desafios em adaptar os seus tradicionais cultivos e presença de novas doenças tropicais.

Rapidamente desenvolveu mecanismos de adaptações, transformando alguns dos seus valores básicos e adaptando outros que encontrou em uso na região.

Dentre as transformações perceptíveis que tiveram reflexos profundos nas suas vidas e dos seus descendentes aponta-se:

— A quase toda substituição da farinha de trigo pela da de mandioca, como padrão alimentar básico, pois o trigo não se prestava ao cultivo e a mandioca era já utilizada pela população local como um

dos principais alimentos.

— A aplicação da tecnologia dos moinhos de trigo, de uso no arquipélago, aos engenhos de farinha, os quais revolucionaram o processo produtivo da farinha de mandioca, tanto em qualidade quanto na produtividade. Esta tecnologia é exclusiva do litoral catarinense, e foi desenvolvida graças à criatividade dos povoadores açorianos.

— A mudança do padrão alimentar, havendo uma progressiva substituição dos cereais (trigo e cevada) e carne, por produtos abundantes na região, como a farinha de mandioca e o peixe. Conseqüentemente, substituiu-se muitos dos pratos gastronômicos dos Açores, por outros que têm no peixe e na farinha de mandioca os ingredientes básicos.(...); foram mantidos pela cozinha dos descendentes dos açorianos, tais como: beiju, rosca de polvilho, caldo de peixe e camarão(..), entre outros.

(...)

Estes açorianos que o tempo separou por mais de duzentos anos, hoje, procuram a união através da identidade cultural, que nem o tempo foi capaz de apagar. Em Santa Catarina, os descendentes de açorianos somam mais de um milhão de

indivíduos, grande parte, só agora tomando consciência das suas origens culturais. Nos Açores, entre os seus 250 mil habitantes, são raros os que conhecem a existência de uma população tão numerosa, fruto da diáspora espontânea empreendida pelos moradores do arquipélago em meados do séc. XVIII.

(...)

Que este mergulho no tempo sirva de motivação a uma aproximação efetiva entre os habitantes dos Açores e os do litoral Catarinense, abrindo perspectivas à criação de um corredor turístico, que una, pela semelhança cultural, estes dois pontos do globo”. (Wilson F. de Farias. *Ô Catarina!*, op. cit.)<sup>16</sup>.

Os textos acima são muito significativos, dentro do discurso açorianista, e representam bem a busca das raízes e origens. Mas o jornal *Ô Catarina!* é editado com um fim específico, por uma Fundação ligada ao governo (FCC). Os artigos foram escritos por professores ligados à pesquisa e ao debate desta questão, ou por outras pessoas diretamente envolvidas nela. Será o jornal um bom exemplo do que a imprensa traz, neste sentido?

Para ilustrar este questionamento, serão colhidos exemplos do jornal *Diário Catarinense*. A maior parte de-

les se encontram no suplemento *Florianópolis, Origens e Destinos de Uma Cidade à Beira-Mar*, de cinco de março de 1996, lançado pelo jornal em séries (sendo este o quinto número) em homenagem à capital. O conjunto dos suplementos traz artigos referentes à história, à cultura e a debates desses aspectos. Neste número, uma manchete anuncia:

### “CHEGAM OS AÇORIANOS

Em 1749 [sic], desembarcaram na Ilha de Santa Catarina os primeiros colonos açorianos e madeirenses. Trazem na bagagem — depois de uma dura travessia oceânica, onde vários deles morrem — muitos sonhos e quase nenhum direito. Aqui, no ‘Novo Mundo’, esperam encontrar o eldorado que lhes foi descrito: terra fértil, implementos agrícolas, animais, farinha e dinheiro. De todas as promessas, poucas foram cumpridas. Restou aos colonizadores a tarefa de fazer prosperar a Vila de Nossa Senhora do Desterro, hoje Florianópolis.”

Apropriadamente, a manchete é ilustrada com uma fotografia colorida de uma das ilhas do arquipélago dos Açores, e tem mais duas chamadas que servirão para exemplificar o tipo de

imagem feita tanto do engenho como das discussões sobre as origens açorianas: “Colonos implantam os engenhos de farinha” e “Resgate da memória tem origem em confronto”.

A primeira chamada leva a uma reportagem com o título: *O tempo gira da roda do engenho*, encimada pela expressão *engrenagem econômica*. Isso conduz a duas idéias básicas: o tempo da tradição e a importância econômica do produto.

Desde a vinda dos açorianos, que substituíram o trigo pela mandioca, adaptando a tecnologia das atafonas, azenhas e moinhos à produção da farinha até a evolução tecnológica, são estas as idéias trabalhadas no texto. Apresenta também a substituição da tração humana pela animal, e, finalmente, pela força elétrica, à qual poucos resistiram.

Explica, ainda, a reportagem, como era o trabalho no engenho, e apresenta *um foco de resistência* às mudanças, o engenho do sr. Francisco Tomás dos Santos, (o Seu Chico, morto recentemente) no sul da Ilha:

“Na parte Sul da Ilha de Santa Catarina, apenas um engenho resistiu à chegada da eletrificação nas zonas interioranas, mantendo o uso da tração animal. É o engenho de Francisco Tomás dos Santos —

*Seu Chico*, como é conhecido — que ali vive e trabalha há mais de 50 anos. Sinal dos tempos, hoje a farinha tem pouco valor econômico.”

Essa resistência, entretanto, sucumbiu diante do apelo turístico. Com o subtítulo: *O último senhor de engenho da cidade*, o texto continua informando sobre *Seu Chico*:

“(...) Seu Chico vive (...) ‘distante da cidade’, fazendo girar com tração animal velhas engrenagens com nomes esquisitos — ‘a almanjarra faz girar a roda bolandeira que move, ao mesmo tempo, a roda cevadeira e a hélice do forno.’ (...) O engenho, herdado do avô, praticamente inalterado por mais de um século, atrai a visita de turistas, compradores — principalmente de cachaça — e pesquisadores universitários. (...)

‘Agora estou cobrando R\$ 40,00 para tirar fotografias do meu engenho’, vai avisando, com a intuição de que já se transformou em atração turística. ‘Todo mundo cobra pelo seu trabalho, eu cobro pelo meu’, informa com jeito de quem aprendeu ligeirinho a lição da cidade. Há 15 anos vendia, de porta em porta, uns 3000 sacos de farinha. Hoje produz 35 a 40 sacos de 44

quilos por ano. (...)

A vida já foi diferente lá para aqueles lados do Sul da Ilha. No engenho moravam e trabalhavam 12 pessoas. Seu Chico começou a ajudar no serviço desde os sete anos e não parou mais. ‘As pessoas iam casando, morrendo, mudando de lugar, só sobrou eu.’ Soçobrou!

Ironia para uma atividade que caiu em declínio a partir da década de 60.(...)”

O artigo é ilustrado com uma fotografia de *Seu Chico* no engenho, com o boi cangado, moendo cana, explicando que ele “mantém no Sul da Ilha de Santa Catarina um engenho movido por tração animal, como nos velhos tempos.” O engenho, antes força econômica pela produção, agora pode ser fonte de renda, através do turismo, mantendo suas características *originais e tradicionais*, como nos *velhos tempos...*

Estaremos assistindo ao *renascimento* do engenho, que *morre* como centro produtor e *reencarna* como peça de museu, ou como um artigo de decoração? Ou o engenho, *manifestação cultural*, reaparece nas buscas às raízes da cultura e da história da Ilha?

O recente assassinato de Seu Chico, personagem erigido como foco de resistência de uma cultura, repre-

sentante do legado açoriano, suscitou uma série de preocupações neste sentido, como a carta transcrita anteriormente, bem como pela matéria publicada no *Diário Catarinense* em 16 de outubro de 1996.

Nela, mais uma vez, o tema "não deixe o engenho morrer" vem à tona. Ele é o representante de uma cultura, ele está na raiz cultural que precisa ser buscada. Essa busca desemboca, também na imprensa, no açorianismo. Os engenhos, os usos e costumes têm raízes açorianas. Mas o questionamento desse tema também está presente no suplemento do *Diário Catarinense*, sob o título *Portugal x Alemanha: Confronto resgatou memória*.

O artigo traz à tona as origens açorianistas, situadas no I Congresso de História Catarinense, onde procurou definir-se o caráter brasileiro de Santa Catarina, em oposição ao avanço do germanismo, e não apenas a "preocupação com a sobrevivência de uma cultura". Também destaca que a "meta era redefinir a imagem" do povo litorâneo, visto até então como indolente e preguiçoso.

Apresenta um debate atual da questão, inclusive contrapondo pontos de vista distintos, através da seção *Ponto de Vista*, onde levanta a questão *A cultura açoriana é realmente predominante na Ilha?*. Participam

desta seção estão os professores Wilson Francisco de Farias e Luiz Felipe Falcão.

A visão do professor Farias já foi pontuada acima. Na sua resposta à questão, ele apoia-se nas estatísticas populacionais e imigratórias, e pondera:

"Os açorianos são os responsáveis pela marca cultural da Ilha de Santa Catarina, devido ao fato de terem vindo com estruturas familiares completas (pai, mãe, filhos), o que facilitou a transmissão cultural e a ampliação da população pelos anos seguintes. Trouxeram ainda valores culturais fortes, de grande apelo religioso e místico, que fundiu-se com os valores assemelhados já praticados na região. Além disso, eram numericamente superiores, dotados de conhecimentos técnicos, o que permitiu adaptarem-se ao sistema de produção local, transformando-o qualitativamente e incorporando em seu processo a população local."

Já o professor Luís Felipe Falcão apresenta usa dúvidas com relação ao açorianismo, em dois pontos principais: a especificidade e a originalidade, como deixa claro seu texto:



“É um tanto difícil avaliar com precisão o significado da chamada ‘cultura açoriana’ entre a população residente na faixa litorânea do Estado de Santa Catarina, incluindo aí a região de Florianópolis. De imediato, pode-se afirmar que este assunto traz consigo várias dificuldades, como por exemplo distinguir hábitos e costumes já praticados anteriormente pelos vicentistas (como o uso da farinha de mandioca ou a construção de canoas) daqueles que teriam sido introduzidos pelos açorianos, ou como estimar e conceituar a especificidade açoriana no contexto da cultura portuguesa (Uma outra cultura? Uma cultura regional?).

É claro que não existem motivos para colocar em dúvida as tradições genuínas preservadas pelas pessoas mais velhas, aqui ou em qualquer outro lugar do planeta. Os problemas aparecem quando se percebe que algumas dessas tradições são também partilhadas, certamente com variações, por outros grupos ou indivíduos (é o caso entre outros, do tema do boi em divertimentos populares de várias partes do Brasil).

Em Santa Catarina, porém, o curioso é esta população litorânea ter sido muito criticada por sua su-

posta indolência ou aversão ao progresso, em meio aos impactos da modernidade e à ascensão sócio-econômica de elites provenientes das zonas de colonização alemã e italiana. Neste contexto, é inegável que a descoberta da açorianidade, a partir de meados deste século, representa sobretudo o esforço de alguns intelectuais para ressaltar sua própria importância e singularidade.”

Assim, abre-se um novo ângulo ao debate açorianista: o primeiro foi a busca da identidade, da valorização açoriana como contraponto à teuto-germânica, e o segundo mergulha na legitimidade desta busca. O engenho e sua farinha estão, como os textos deixam a entender, no interior deste debate.

Mas a sereia açorianista é encantadora. E busca sua legitimidade tanto no debate intelectual (do qual tivemos uma amostra, acima), como, recentemente, na cultura *refinada*, que também busca integrar-se com a *linguagem popular*. É o exemplo do musical *Catharina, uma Ópera da Ilha*, na qual apresentou-se um trio de senhoras cantando versos da ratoeira.

O texto da coluna *Variedades*, no *Diário Catarinense* (de doze de julho de 1996), ao noticiar o fato, deixa bem claras estas intenções, a começar

pela chamada:

"Memória

CANTO DA ALMA AÇORIANA

**Antigas** tradições já recebem a atenção após o resgate das cantorias com três ilhoas que as apresentam em *Catharina*"

Em seguida, explica de que tipo de cantorias são apresentadas:

"A cantilena de roda é um misto de choro, de prece, de alívio... A lida do engenho, nestes momentos, cedia tempo e lugar aos folguedos exclusivamente femininos da ratoeira. As mulheres se uniam para lamentarem, criticarem, reclamarem, solicitarem, e até (por que não?) se posicionarem. Sempre discreta, mas artisticamente.

Desde meninas, Dorília, Maria e Rosalina, se acostumaram a cantar logo que terminavam de raspar a mandioca.

No Canto da Lagoa, elas viveram esta tradição em seu cotidiano. Foi lá também que criaram seus filhos, viram nascer seus netos. E hoje, entre 69 e 75 anos, de lá saíram para mostrar um pouco da tradição açoriana no palco, par-

ticipando de um musical peculiar: *Catharina, uma Ópera da Ilha.*"

Feitas as explicações, o lamento da descontinuidade da tradição é abordado: os jovens não compreendem a tradição, acham-na feia, não se interessam em preservá-la. Até que o grupo apresentou-se no Centro Integrado de Cultura. Os aplausos foram generalizados.

Houve quem perguntasse: "como é que no teatro ficou tão bonito?". Talvez porque o palco tenha legitimado a tradição.... Em troca, a tradição legitima a *Ópera*:

"Marisa Napolini, coordenadora geral de *Catharina, uma Ópera da Ilha*, conta que a opção de inserir Dorília, Rosalina e Maria no elenco teve dois bons motivos. Em princípio a direção do espetáculo pensou em transmitir estas manifestações através de atores profissionais. Mas acabou se decidindo por uma linguagem mais popular. 'Queríamos mostrar as coisas como elas realmente são, e para isso um elemento nativo, que não fosse apenas uma releitura, seria ideal'.

'Do ponto de vista humano, outro motivo foi a preocupação em preservar este tipo de expressão folclórica', complementa Marisa. A ratoeira está entre as tradições

que já não encontram muito espaço na sociedade, infelizmente. ‘Entretanto a identificação ocorrida entre a platéia e as senhoras do Canto da Lagoa é um exemplo de que elas ainda são capazes de aflorar uma alma bem açoriana’, salienta o museólogo Gelsi José Coelho, o Peninha.”

O artigo acima não faz parte do suplemento. Em princípio, portanto, difere dos textos anteriormente colhidos na intenção: o suplemento foi elaborado com o fim de se montar um caderno de artigos sobre a capital, e o acima transcrito de identificar um interesse na tradição, a partir da apresentação das *cantadeiras* no teatro. Mas, nestes textos, e nos colhidos do jornal *Ô Catarina!*, permanece o discurso em torno do açorianismo, quer para debatê-lo, quer para exaltá-lo. E neles aparecem, direta ou indiretamente, o engenho e seu produto.

Não apenas a imprensa utiliza-se do engenho como imagem da cultura local. Agências de propaganda, como no anúncio citado do aniversário de São José, bares (na região de Paulo Lopes, há um bar com o nome *Engenho*, tendo ao seu lado o próprio, montado ao ar livre), edifícios e escolas (*Escola Engenho*) o usam como nome, até mesmo restaurantes (que

usam suas peças na decoração) e uma manufatura de bijú (*Engenho dos Açores*) remetem a ele.

Existem, ainda, reproduções de engenhos na UFSC (pertencente ao conjunto do Museu de Antropologia) e na cidade de Orleans (Museu ao Céu Aberto), peças do engenho estão em exposição em diversos locais, algumas delas são usadas como *enfeites* de jardins e pavilhões de exposição (fusos da prensa como suporte de vasos, roda bolandeira e canga como lustres...).

Ainda há as feiras especiais, os eventos culturais, e mesmo um grupo musical catarinense já teve o nome de *Engenho*. E, recentemente (a partir de 1990), em Barreiros (onde, de acordo com diversas informações, a melhor farinha de engenho já foi produzida), o seu produto ganhou uma festa temática, produzida pela paróquia da Igreja Católica:

#### “POR QUE A FESTA DA FARINHA?”

A Festa dos Sagrados Corações na Paróquia vem sendo comemorada desde 1990, cujo idealizador foi o Padre Agostinho Staelhein.

A produção de farinha e seus derivados na região de Barreiros - São José, foram destaques no pas-

sado. Lembramos a seguir alguns dos produtores da época:

- Vitalino
- Belarmino
- José Zuíno
- Antônio França
- Antônio Cândido
- José Antônio
- Guilherme Zuíno
- Domingos Pedro Hermes

(...)

A Festa é(...) a confraternização especial que desfruta da memória dos produtores de farinha da região.

(...)

#### OUTRAS ATRAÇÕES

- Parque de diversões

(...)

· Rosca, Beijú, Rosca de Massa, Farinha, Santa fé, Cuscus [sic] Melado e todos os produtos derivados de farinha

· Peças de Engenho com explicações sob [sic] funcionamento.” (Folder da VII Festa da Farinha de 6 a 9 de junho de 1996.).

Toda essa preocupação com o engenho, em erguê-lo como chamariz para um turismo cultural mostra, na realidade, uma mudança de discurso, não apenas sobre o engenho, mas so-

bre a própria cultura local. Primeiramente, ela foi qualificada como atrassada, depois, assumiu o caráter de defensora da brasilidade e agora vem sendo usada no turismo cultural .

Um exemplo forte desse último aspecto foi levantado por Sérgio da Costa Ramos, articulista do *Diário Catarinense*. Fazendo um comentário de como são hábeis os ingleses e norte-americanos em aproveitar ao máximo dotes turísticos, desde objetos até acidentes naturais, como é o caso da iluminação das cataratas do Niagara, ele comenta na crônica “Luz sobre as águas”:

“O dia em que Floripa [Florianópolis] iluminar um simples engenho de farinha ou as dunas da [Lagoa da] Conceição, organizando um programa em torno dessas atrações, os ingleses vão começar a achar que há sinais de vida inteligente no Sul do Brasil”. (*Diário Catarinense*, 12/11/96).

Símbolo de uma cultura, monumento da vitória açoriana, o engenho não pode mais morrer com seu dono. É preciso salvá-lo. É preciso iluminá-lo e erguer em torno dele eventos. Muito mais que *marketing* turístico, agora isto é uma questão de sinal de vida inteligente. É sinal de que, sobre o en-

genho, ainda tem muita história para contar...

Como diria o sr. Antônio A. da Cruz (*apud* Pereira:264): “Bom, tem muita coisa pra contar, mas vou parar por aqui.”

### Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Cleide M. C. P. de. Trabalho e lazer numa localidade pesqueira de Santa Catarina. In: *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1993. 57-74).

ANDERMANN, Adriane Schroeder. *Histórias de Engenho; os engenhos de Farinha de Mandioca em Florianópolis. Economia, cuidados com a produção, imagens*. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1996.

ARAÚJO, Hermes Reis de. *A Invenção do Litoral — Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1989. 216 p.

ARIÈS, Philippe. *História Social da Família e da Criança*, 2. ed. Rio de Janeiro, Guanabara, 1981. 297 p.

BECK, Ana Maria (org.). “Roça, pesca e renda: trabalho feminino e reprodução familiar”. In: *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*. Florianópolis, Imprensa Universitária, 1993 (p. 43-56).

BENJAMIN, Walter. “O narrador”, in: *Obras Escolhidas*, vol. I. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BLASKE, Helga. “O tipiti”. In: *Boletim*

*da Comissão Catarinense de Folclore*, ano XVI, n. 27/28 (jan. 1962/ jan. 1963), s/ed. 129 p.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, Lunardelli, 1987. 500 p.

\_\_\_\_\_. *Nossa Senhora do Desterro — Memória II*. Florianópolis, Imprensa da UFSC, 1972. 284 p.

\_\_\_\_\_. *Os Açorianos*. Separata do volume II dos Anais do Primeiro Congresso de História Catarinense. Florianópolis, Imprensa Oficial, 105 p.

CASCAES, Frankilín J. *Franklin Cascaes, vida, arte e a colonização açoriana (org. Caruso, Raimundo C.)*. Florianópolis, UFSC, 1981.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro, MEC/ Instituto Nacional do Livro, 1954. 650 p.

CREMA, Ângelo. “O carro de bois”. In: *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, ano 21I, n. 27/28 (jan. 1962/ jan. 1963), s/ed. 129 p.

DALLANHOL, Vilmar & OLINGER, Glauco (org.). *A Mandioca em Santa Catarina*. Florianópolis, ACARESC, s/d. 160 p.

FLORES, Maria Bernardete. “A invenção da açorianidade”. In: *Jornal Ô Catarina!*, n.18. Florianópolis, julho/agosto de 1996 (p.4).

\_\_\_\_\_. *Teatros da vida, cenários da História. A farra do boi na Ilha de Santa Catarina - leitura e interpretação*. Tese de Doutorado. São Paulo, PUC, 1991. 341 p.

FOUCALT, Michel. *O nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1977. 240 P.

HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence

- (orgs.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984. 316 p.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 2. Ed. São Paulo, Editora da UNICAMP, 1992. 553 p.
- LIMA, Joaquim D. Ferreira. *Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. José Arthur Boiteux. Directoria de Hygiene do Estado de Junho de 1919*. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1920. 24 p.
- \_\_\_\_\_. *Relatório Apresentado ao Exmo. Snr. Dr. José Arthur Boiteux (Relatório da Directoria de Hygiene do Estado de Janeiro de 1919 a Março de 1920)*. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1920. 75 p.
- MIRA, Crispim. *Terra Catharinense*. Florianópolis, Typ. da Livraria Moderna, 1920. 286 p.
- PACHECO, Darcy. "Engenho - de - farinha". In: *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, ano 21, n. 27/28 (jan. 1962/ jan. 1963), s/ed. 129 p.
- PEREIRA, Nereu do Valle. *A Modernização em Florianópolis*. Tese de Livre Docência. Florianópolis, UFSC, 1974.
- \_\_\_\_\_. "A origem e a tecnologia dos engenhos de farinha de mandioca na Ilha de Santa Catarina". In: *Anais da Segunda Semana de Encontros Açorianos (1987)*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989. 343 p.
- \_\_\_\_\_. "Cultura popular açoriana na Ilha de Santa Catarina". In: *Anais da Segunda Semana de Encontros Açorianos (1987)*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1989. 343 p.
- \_\_\_\_\_. *Os Engenhos de Farinha de Mandioca da Ilha de Santa Catarina*. Fundação Cultural Açorianista, 1993. 208 p.
- PEREIRA, Nereu do Valle et alli. *Ribeirão da Ilha - vida e retratos*. Florianópolis, Fundação Franklin Cascaes, 1990. 502 p.
- PIAZZA, Walter F. *A Epopéia Açórico-Madeirense (1748-1756)*. Florianópolis, UFSC/Lunardelli, 1992. 490 p.
- \_\_\_\_\_. *A mandioca e sua farinha*. Florianópolis, Faculdade Catarinense de Filosofia, 1956. 42 p.
- \_\_\_\_\_. "A vitória da cultura popular açoriana em Santa Catarina". *Separata do 16º Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*. Angra do Heroísmo, Tipografia Andrade, s/d. 14 p.
- \_\_\_\_\_. "Fandangos e ratoeiras". In: *Boletim Trimestral da Comissão Catarinense de Folclore*, ano 2, setembro e dezembro de 1951 (n. 9 e 10), s/ed. 1951. 121 p.
- \_\_\_\_\_. *Santa Catarina: Sua História*. Florianópolis, UFSC, 1983. 750p.
- PROST, Antoine. "Fronteiras e espaços do privado: O trabalho." In: ARIÈS, Philippe e DUBY, Georges (orgs.). *História da Vida Privada*, V. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. p. 13-221.
- ROCHA, Elton Batista. "Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina e suas transformações". In: *Anais do Museu de Antropologia da UFSC*. Florianópolis, Imprensa Universitária, 1993. (p. 75-94).
- SAMUEL, Raphael. "História local e história oral" — traduzido por Zena Winova Eisemberg. São Paulo, PUC, 1989 (edição mimeografada). 36 p.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. "Rio Vermelho, uma póvoa no interior da Ilha de Santa

Catarina.” In: *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, ano XVI, n. 27/28 (jan. 1962/jan. 1963), s/ed. 129 p.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. São Paulo, UNESP, 1992 (p. 39-62).

SCHROEDER, Adriane. “Num engenho de farinha (...) deve ter três cantadô (...)” — *O trabalho e o lúdico no engenho de farinha de mandioca*. Trabalho de Conclusão de Curso. Florianópolis, UFSC, 1991. 96 p.

STONE, Lawrence. “O renascimento da narrativa: reflexões sobre uma velha história”. In: *Past and Present*, n. 85 (nov. 1979, p. 3-24). Traduzido por Dulce Amarante da Silva Ramos. São Paulo, PUC (edição mimeografada).

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina — A Ilha*. Florianópolis, Lunardelli, 1985. 240 p.

\_\_\_\_\_. *A Canção das Gaivotas (contos selecionados)*. Florianópolis, Lunardelli, 1985. 236 p.

VIRGÍLIO VÁRZEA. *Coleção Esritores Catarinenses*, n.º 1. Florianópolis, FCC, 1990. 24 p.

## Notas

<sup>1</sup> Conferir: Relatórios da Inspectoria de Higiene (vide referências) e leis sanitárias do período de 1917-1920. Ver também: Andermann, 1996- cap. 2.

<sup>2</sup> Eduardo Horn era proprietário de uma firma de importação e exportação de diversos produtos, entre eles, a farinha de mandioca e o polvilho (anúncios do O Estado: 3/11/18; 5/2/20, e diversas outras datas).

<sup>3</sup> A solicitação de preços de mantimentos ,

incluindo a mandioca, em carta fechada, que era uma atitude também tomada pelo Hospital de Caridade a pela Irmandade do Senhor dos Passos, bem como a publicação dos preços assim propostos pelos comerciantes (O Estado, 20/12/18 e 20/11/19).

<sup>4</sup> Sobre a importância e tradições envolvendo este meio de transporte, **conferir**: Crema, 1962/1963:71- ss.

<sup>5</sup> Em entrevista informal com a sra. Benta Victorino Schroeder, feita em abril de 1996, ao ser informada sobre o sarrabalho, informou o seguinte : que sua mãe, Maria de Campos Victorino, lhe contava que uma bisavó dessa, já bem velhinha e confusa, lembrava da mocidade. Via, então, pessoas com quem tinha convivido na juventude, com as quais dançava o sarrabalho. Câmara Cascudo cita o sarrabalho como um tipo de dança que faz parte do fandango, no Rio Grande do Sul (1954).

<sup>6</sup> Cascaes ((1981. 64) cita a quadra assim: “Maria, traz a faca  
E vai chamar o Migote  
Que está fazendo frio  
E está na hora do capote.”

<sup>7</sup> Variante anotada por Pereira (1983:73)

<sup>8</sup> A mesma quadrinha , transcrita por Oswaldo Ferreira Melo e citada por Piazza (1956:31), é apresentada com variações: “Num engenho de farinha,  
Oivirá! Oivirá!  
Deve ter três cantadô,  
Oivirá, oivirá!  
Um pra prensa e um pro forno,  
Oivirá! Oivirá!  
E outro pro cevadô!  
Oivirá! Oivirá!”

- <sup>9</sup> Os bois eram levados, às vezes pelas crianças, a descansar no pasto, onde ficavam, após a fornada de farinha, ou quando eram revezados. **Vide:** Prost, 1992: 13-26 e entrevista com Benta Victorino Schroeder, *apud* Andermann, op. cit.
- <sup>10</sup> **Conferir**, por exemplo: Cascaes (1981: 64-65), Costa (1995: 29); Piazza (1956: 31-ss.), Schroeder (1991: 23-44).
- <sup>11</sup> Há um artigo especialmente escrito sobre os tipitis (Blaske, 1962/1963: 25- ss.) e outro especialmente sobre o carro de bois (Crema, 1962/63: 71-72)
- <sup>12</sup> Bento Ouriques, proprietário do engenho onde o entrevistado viveu sua infância.
- <sup>13</sup> Conferir com as entrevistas feitas com José Victorino e Miguel Saturnino da Silva (Apud Schroeder, op. cit.) e com Benta Victorino Schroeder, anexo.
- <sup>14</sup> Pereira expõe a necessidade de se estudar os pontos de contato entre a cultura açoriana e a litorânea catarinense e acrescenta: "(...) O estudo que desenvolvo em relação aos engenhos tem essa linha de abordagem" (1989:321).
- <sup>15</sup> Duarte Manuel Bettencourt Mendes é diretor do Gabinete de Apoio às Comunidades açorianas, na Região Autônoma dos Açores, e escreveu este artigo especialmente para o jornal *Ô Catarina!*
- <sup>16</sup> O professor Wilson Francisco de Farias é Coordenador do Núcleo de Estudos Açorianos, da Universidade Federal de Santa Catarina.



## **NORMAS PARA OS COLABORADORES**

- 1-** Os originais devem ser encaminhados à Associação de Amigos do Arquivo Público em disquete, em programa Word 6.0, com uma cópia impressa. Usar apenas formatação padrão.
  
- 2-** Em seguida do nome do autor, deve constar informação sobre formação e vinculação institucional, com no máximo 5 (cinco) linhas.
  
- 3-** Notas, citações, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, devendo as mesmas estarem ao final do artigo.
  
- 4-** A correção ortográfica e gramatical dos textos submetidos é de responsabilidade dos autores.

IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRÁFICAS DA



**IOESC**  
IMPRESA OFICIAL DO ESTADO  
DE SANTA CATARINA

Florianópolis

76095